



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MACAÉ/RJ

Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, nº 403, Centro – Macaé/RJ

Tel.: (022) 2796-1546

E-mail: cmddcademacae@gmail.com

Ata da reunião ordinária realizada, em segunda chamada, às 9 horas e 47 minutos, no dia dez de setembro de dois mil e vinte, remotamente, através do aplicativo “Google Meet”. Iniciada a reunião, a presidente, Srª. Cesária Catarina Carvalho Ribeiro de Maria Souza deu as boas-vindas, agradecendo a presença de todos que acessaram a plataforma. Participaram da reunião os conselheiros de direito Cesária Catarina, Dilma Negreiros, Clarisse Martins, Kathyane Correa e Monique, além dos servidores do FMDDCA, Thamyres, Daniele Pitinati e Melksedeque Araújo, assim como a Sra Aline, do CIEE. A reunião teve como pauta: Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em treze de agosto de dois mil e vinte, Informes dos Grupos de Trabalho, Eleições da Sociedade Civil do CMDDCA e Assuntos Gerais. A presidente do Conselho deu início à pauta, fazendo a leitura da ata da reunião ordinária realizada em treze de agosto de dois mil e vinte. Após correções, a ata foi aprovada por todos os conselheiros logados. Após, seguindo a pauta, a presidente passou informes sobre o Grupo de Trabalho de elaboração do Plano Decenal de enfrentamento ao uso abusivo de psicoativos por adolescentes e que o conselheiro Hugo, que coordenava o GT, solicitou seu desligamento do CMDDCA, visto não fazer mais parte do quadro de colaboradores da instituição representada no Conselho. Após, sugeriu aos conselheiros que fosse realizada a eleição do novo coordenador do GT e que deveria ser representante da sociedade civil, mantendo a representatividade. Foi escolhida a conselheira Clarisse Martins e Martins, representante da OAB-15ª Subseção. Em seguida, a conselheira Monique pediu a palavra para informar que a secretaria de saúde está movendo esforços para elaboração do plano municipal de enfrentamento à violência sexual e da necessidade de capacitar os conselheiros tutelares, o que foi reforçado pelo conselheiro tutelar Fernando Oliveira. A seguir, a conselheira Monique informou que a capacitação deverá ser continuada, visto que há alterações no fluxo de atendimento da rede e, portanto, ficaram as conselheiras Catarina e Monique encarregadas de articular junto à Secretaria de Saúde a organização do curso de capacitação e o conselheiro tutelar Fernando se disponibilizou para encaminhar até a próxima semana para a conselheira de direito Monique um compilado de dúvidas e dificuldades dos conselheiros tutelares sobre o fluxo, para orientar a organização dos temas a serem abordados no curso. A seguir, passando para o terceiro ponto da pauta, foi colocado em votação a escolha da comissão eleitoral para organização das eleições para escolha dos membros da sociedade civil que deverão compor o conselho de direitos para a próxima gestão. Foram escolhidas as conselheiras Catarina e Monique, como representantes da grade governamental e as conselheiras Dilma e Clarisse como representantes da sociedade civil. A presidente Catarina informou que será preparada a Resolução da Comissão Eleitoral e encaminhada para publicação. O conselheiro França pediu para registrar a necessidade de encaminhamento à Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade, a proposta de alteração da lei municipal, principalmente no que tange à alteração da grade de conselheiros. Em seguida, o contador do FMDDCA pediu que fosse registrado em ata que até o momento o FMDDCA tem um total de aproximadamente R\$590.000,00 de arrecadação própria e que estava pendente o encaminhamento do parecer acerca da análise da prestação de contas pelo CMDDCA. A presidente respondeu que estava aguardando resposta do FMDDCA acerca da tomada de contas em andamento sobre os bens patrimoniais do FMDDCA. Foi informado pelas servidoras do FMDDCA Daniele e Thamyres que a tomada de contas ainda está em andamento, mas em fase de conclusão. A seguir, em assuntos gerais, a presidente fez a leitura da ata da

reunião ocorrida, remotamente, no dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte com o Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria de Desenvolvimento Social, sobre a implantação do SIPA. A seguir, a conselheira Suzana deu informações sobre a comissão intersetorial do PETI, que houve a divisão de tarefas entre as Secretarias participantes para coleta de dados. Por fim, o conselheiro tutelar Fernando Oliveira pediu que constasse em ata que a Secretaria de Desenvolvimento Social não tem respondido aos ofícios enviados pelos conselheiros tutelares, em especial com relação ao desconto sofrido na remuneração dos conselheiros. Por fim, foi designada a convocação de reunião extraordinária para o dia dezessete de setembro de dois mil e vinte, com pauta exclusiva para discussão da LOA 2021. A seguir, a presidente perguntou aos conselheiros se queriam fazer mais alguma colocação e como não teve mais nenhum item da pauta, às 11:46h foi encerrada a reunião. Sendo verdade, eu, Cesária Catarina Carvalho Ribeiro de Maria Souza, digitei e assino a presente ata.